



Volume 7, número 2, mai./jul., 2018

ISSN: 2317-0352

RESENHA

Hegemonia e estratégia socialista: o manifesto pós-marxista

Hegemony and socialist strategy: the pos-marxist manifesto

Rodrigo José Fernandes de Barros

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: rodjfb@gmail.com

LACLAU, E; MOUFFE, C. Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015, ISBN: 978-85-8499-008-5. 288 p.

Hallysson Jorge de Medeiros Nóbrega

Graduando em Direito. Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: hallysson.nobrega@gmail.com

Antes mesmo do desmantelamento do bloco soviético, no início da década de 1990, o pensamento marxista passava por sérias tensões internas que balançavam as estruturas das suas mais variadas vertentes e o levava a perder terreno em ambientes que outrora fora hegemônico, como na academia e em muitos partidos da social democracia europeia. A chamada crise do marxismo demonstrava que essa tradição se encontrava em uma embaraçosa encruzilhada frente aos acontecimentos da segunda metade do século XX, com os quais não possuía soluções claras; como a crise do petróleo da década 1970 e o totalitarismo dos regimes do leste da Europa que se refletia na ortodoxia teórica (HOBSBAWM, 1989).

As reações a essa crise do marxismo foram variadas, com muitos abandonando a corrente. Entre os que permaneciam, as posturas oscilavam entre aqueles que alegavam ser necessária uma radical revisão dos fundamentos do pensamento marxista para poder recuperar a validade da ação política baseada nesse pensamento, e os que defendiam o abandono do campo da prática política para resguardar o valor da teoria (PALTI, 2010). Se figuras como Fredric Jameson e Perry Anderson optaram pela segunda alternativa, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe preferiram a primeira saída.

“Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical” é a materialização dessa reviravolta que Laclau e Mouffe buscaram realizar no seio de um campo teórico vasto e complexo, provocando reações favoráveis e contrárias, muitas delas inflamadas. Publicado originalmente em 1985, e a despeito do grande impacto que causou em diversas áreas internacionalmente (Ciência Política, Sociologia, Filosofia etc.), passaram-se trinta anos para que chegasse ao alcance do público brasileiro, num projeto de pesquisadores (João A. Burity, Josias de Paula Jr e Aécio Amaral), em parceria com o CNPq e a Editora Intermeios, para realizar a tradução do original. Nada mais cabível do que dar-lhe sua merecida atenção.

O que os autores da obra fazem não é um rompimento, mas sim um exercício de desconstrução do pensamento marxista nos moldes da obra do filósofo francês Jacques Derrida. Além disso, trazem consigo a influência de Antonio Gramsci, Cornelius Castoriadis, Jacques Lacan e muitos outros na realização dessa desconstrução e criação de bases ontológicas e epistemológicas próprias.

Essa atitude heterodoxa de mesclar escolas clássicas do marxismo com o pós-estruturalismo, a psicanálise lacaniana e análise do discurso foi mais do que o suficiente para que os autores fossem classificados como pós-marxistas (BOUCHER, 2015). De fato, os próprios vieram a adotar o termo nos seus trabalhos, demonstrando que não consideram como uma classificação desprovida de significado ou depreciativa.

No primeiro e no segundo capítulo – “Hegemonia: a genealogia de um conceito” e “Hegemonia: a difícil emergência de uma nova lógica política”, respectivamente – Laclau e Mouffe fazem uma genealogia do conceito de hegemonia, perpassando os primeiros momentos da social democracia alemã e russa e do leninismo.

Mesmo tendo aparecido primeiramente nas obras de Kautsky e Rosa Luxemburgo e esteja presente em Lênin, Bernestein e Sorel, é somente na escrita de Antonio Gramsci que a hegemonia traz consigo a centralidade do político. Laclau e Mouffe destacam que o conceito de hegemonia sempre aparece como uma falta histórica, seja de uma liderança de vanguarda ou como liderança para estabelecer um bloco hegemônico (2015, p.57).

Para eles, isto ainda seria próprio do essencialismo marxista que interpretaria o mundo demasiadamente centrado em uma necessidade histórica ou no papel superior da economia em detrimento de todos os outros campos do real, se mostrando então incapaz de dar conta das contingências do social.

É no terceiro capítulo – “Além da positividade do social: antagonismos e hegemonia” – que a dupla apresenta uma nova leitura do conceito de hegemonia com o propósito de superar esse essencialismo; a hegemonia seria uma ação política fruto de uma construção social que aparece quando uma força social singular, e por meio completamente contingentes, assume o papel de representante da totalidade.

Laclau e Mouffe recusam, portanto, a ideia de um grupo ou classe social estar destinado a realizar um processo revolucionário. Não existem garantias de que, num momento de crise, o proletariado da teoria marxista clássica será esse sujeito responsável pela transformação; outros grupos são capazes de, com suas particularidades, atingirem o *status* de representantes hegemônicos de uma totalidade, caso consigam meios de agregar os demais ao seu redor no campo discursivo – terminologia que define a presença do simbólico no social.

É também no terceiro capítulo que os autores apresentam o conceito de antagonismo: para eles a realidade não consiste numa totalidade, já que é algo ininteligível; o que existiram seriam demandas articuladas procurando evitar as situações contingentes inerentes do social.

Daí que toda identidade seria marcada pela presença de algo exterior, um inimigo de fora que unifica sujeitos, o outro a quem o discurso se articula para combater e ganhar terreno. Em suma, Laclau e Mouffe defendem que é necessária a articulação de uma única identidade capaz de representar todas as outras e a presença de um adversário para quem o discurso antagonístico é destinado se o objetivo for alcançar a hegemonia política. Slavoj Žižek foi um dos que demonstrou as fragilidades desta argumentação ao considerá-lo componente do que chama de fantasia ideológica (ŽIŽEK, 2017), o que levou Laclau, posteriormente, a repensar suas teorias (1990).

O importante a frisar é que Laclau e Mouffe enxergam nos novos movimentos sociais os possíveis atores capazes de mobilizar as lutas emancipatórias, movimentos estes que teriam sido negligenciados pelos marxistas que se focaram exclusivamente nas questões de classe. Os movimentos feministas, LGBT, movimento negro e ecológico consistiriam num horizonte de possibilidades que garantem um caráter democrático e radical ao questionarem questões morais, de gênero, raça, credo e cultura antes intocados; não seriam, então, atores e causas menores do que a demanda da classe proletária.

Esses movimentos não seriam necessariamente dotados de um papel progressista próprio da esquerda política. Embora tenha demandas democráticas, não se pode esquecer que a teoria de Laclau e Mouffe não garante que existam leis históricas para condicionar o posicionamento dos atores e dos grupos sociais nos cenários de lutas contingentes.

É plenamente possível que a causa ecológica seja captada por um movimento político despótico, desprovido de princípios democráticos, mas que coloque a causa ecológica de manutenção e sustentabilidade do habitat terrestre como prerrogativa inegável, aplicada então por meios autoritários. O mesmo pode ser especulado das demandas dos movimentos feministas caso vejam que suas demandas ganham repercussão dentro do liberalismo, e este passa a lhes render representatividade e ambiente de consumo que antes não possuíam, neutralizando assim seu potencial radical de transformação social. Não há garantias, tudo depende do grupo capaz de melhor articular suas demandas com os demais grupos flutuantes.

Já no último capítulo, que leva o nome de “Democracia Radical e Plural”, os autores tentam propor um conjunto de práticas políticas para compor a estratégia socialista e assim restaurar as possibilidades de demandas radicais no campo da esquerda política; embora essas propostas sejam demasiadamente vagas, não constituindo exatamente um projeto político emancipatório de elevado rigor teórico ou algo do gênero.

Laclau e Mouffe realçam o papel inevitável do conflito na política – uma crítica à teoria do agir comunicativo de Jürgen Habermas (2012) e suas premissas de diálogo e consenso para a realização da política – e a necessidade de um novo sujeito distante do liberalismo ou do marxismo clássico, uma espécie de terceira via capaz de nunca se fechar num único sujeito, seja ele o burguês ou o proletário, capaz de se renovar e de enxergar novos caminhos em cenários imprevisíveis.

Embora seja uma obra bastante centrada no mundo anglo-saxão/europeu (o que é curioso, já que Laclau era argentino), “Hegemonia e Estratégia Socialista” é um marco de ousadia que pode nos ajudar a entender um mundo de lutas mais fragmentado e menos maniqueísta, se tornando um clássico da Ciência Política e da Sociologia Política apesar das críticas que recebeu e recebe; sinal de que abriu as portas para um debate que não cessou desde sua publicação e que em muito tem a contribuir, seja no reforço ou na negação de suas teses provocativas.

Referências

BOUCHER, G. *Marxismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

HABERMAS, J. *Teoria do Agir Comunicativo*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HOBBSAWM, E. Introdução. In HOBBSAWM, E (org). *História do Marxismo Hoje*: primeira parte. Volume XI. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.

LACLAU, E. *New Reflections on the Revolution of Our Time*. Londres: Verso Books, 1990.

PALTI, J. E. *Verdades y saberes del marxismo*. Reacciones de una tradición política ante su “crisis”. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

ŽIŽEK, S. *Interrogando o Real*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

Recebido em: 21 de julho de 2018

Aceito em: 15 de agosto de 2018